

## UM PERNAMBUCO QUE SE QUER EUROPEU: REPRESENTAÇÕES DA CULTURA FRANCESA NO RECIFE OITOCENTISTA E SUAS APLICAÇÕES

Submetido em 13 de março de 2019

Aceito em 12 de abril de 2019

**John Kennedy Ferreira da Luz**

*jkl.contato@gmail.com*

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Recife – Pernambuco - Brasil

**Resumo:** O corrente texto tem por objetivo expor a assimilação de variados aspectos da cultura europeia, notadamente a francesa, pela sociedade recifense do século XIX, bem como as representações sociais criadas e a aplicação prática resultante desse processo. Tal fenômeno se evidencia a partir da primeira década do dito século, catalisado pelo estabelecimento da corte portuguesa no Brasil e a política comercial bragantina. Como cidade portuária, Recife logrou contato direto e prolongado com culturas estrangeiras, nas quais se inspirava a nascente burguesia urbana, em uma busca por status que levava à imitação dos usos e costumes da Europa. Durante o período imperial, no governo provincial do Conde da Boa Vista, o *afrancesamento* é incorporado às instituições públicas e à legislação, em uma clara tentativa de moldar o comportamento civil em um meio urbano que se pretendia modernizar. Posteriormente, a filosofia positivista da Primeira República, associando a cultura, a ciência e a tecnologia francesas ao processo evolutivo da humanidade, utiliza-se das mesmas para promover um projeto civilizatório, o que, na capital pernambucana, evidenciou-se não apenas na intensificação dos usos e costumes franceses, mas na literal reconstrução de partes significativas da cidade – como bem mostra o projeto de reforma do Porto do Recife.

**Palavras-chave:** Recife; Cultura francesa; Representações culturais; Modernização.

## PERNAMBUCO WANTS TO BE EUROPEAN: REPRESENTATIONS OF FRENCH CULTURE IN RECIFE DURING THE NINETEENTH CENTURY AND ITS APPLICATIONS

**Abstract:** The current text aims to expose the process of assimilation of various aspects from the european culture, notably the french's, by the nineteenth-century society in Recife, as well as the social representations created by it and the practical application resulting from this process. This phenomenon is evident from the first decade of this century, more specifically in 1808, catalyzed

by the establishment of the portuguese court in Brazil and the subsequent diplomatic and commercial policies of the portuguese government. As a port city, Recife achieved direct and prolonged contact with foreign cultures, in which the nascent urban bourgeoisie was inspired, in its search for status that led through the imitation of the customs of Europe. During the imperial period, in the provincial government of the Conde da Boa Vista, *frenchization* is incorporated into public institutions and law, in a clear attempt to shape civil behavior inside that urban environment that was intended to be modernized. Subsequently, the positivist philosophy of the First Republic, by associating French culture, science and technology with the evolutionary process of humanity, used them to promote a civilizing project, which in the capital of Pernambuco was evidenced not only in the intensification of french customs, but also in the literal reconstruction of significant parts of the city - as shown by the reform project to the Port of Recife.

**Keywords:** Recife; French culture; Cultural representations; Modernization.

## Introdução

As cidades que o Nordeste do Brasil vê nascer, notadamente nas primeiras décadas do século XIX, detêm um modo de vida que foge ao controle do senhor de engenho e põe em evidência o aparecimento de uma nova ordem na qual a sociedade rural se vê incluída a despeito de seus padrões de sociabilidade (LEITÃO, 2009, p.78). Essas mesmas cidades experimentam a valorização social em torno de aspectos distintos daqueles exaltados pelo patriarcado canavieiro, inspirados na Europa burguesa e industrial, de onde importa novos usos, produtos e estilos de vida, símbolos do poder de uma classe abastada e urbana (FREYRE, 2013, p. 446).

Assim, a vida burguesa recifense, com toda a carga ideológica manifestada por sua condição social, se estrutura em torno do sobrado, essa tipologia que vê seu prestígio aumentar na medida em que decai o poder do patriarcado canavieiro. É o equivalente da casa-grande rural; a morada urbana de uma emergente classe social em busca de prestígio, ou mesmo de senhores de terras que abandonam ou perdem os meios de manutenção da vida no campo. O sobrado e a cidade são espaços também dos bacharéis, esses indivíduos que, após anos de estudos, voltavam da Europa com ideias de modernidade:

[...] iam chegando de Coimbra, de Paris, da Alemanha, de Montpellier, de Edimburgo, mais tarde os que foram saindo de Olinda, de São Paulo, da Bahia, do Rio de Janeiro, a maior parte deles formados em Direito e Medicina, alguns em Filosofia ou Matemática e todos uns sofisticados, trazendo com o verdor brilhante dos vinte anos, as últimas ideias inglesas e as últimas modas francesas [...]. (FREYRE, 2013, p. 447)

O corrente texto tem, então, o objetivo de sintetizar o processo de aplicação de tais ideais de modernidade, essas representações da cultura francesa materializadas na busca por objetos e usos estrangeiros, na cidade do Recife durante o século XIX. A historiografia, com efeito, dispõe de um vasto conjunto de informações acerca da assimilação de tais elementos culturais, sobretudo nas grandes cidades brasileiras no momento em que o país buscava firmar-se como nação moderna e culta. Os escritos dos memorialistas, os relatos dos viajantes, o aparato legislativo e as notícias dos jornais e periódicos denotam, durante todo o século XIX até as primeiras décadas do século XX, a busca da população e dos governos em distanciar-se do passado colonial a partir da mimese da cultura francesa, em uma época marcada pela expansão urbana, pelos primeiros esforços de industrialização e de internacionalização dos padrões de consumo. Assim, este artigo visa mostrar de que forma as representações positivas dos elementos provindos da França foram instrumentalizados pelo poder público e absorvidos pela população recifense no intrincado processo de autoafirmação.

Cabe ressaltar que o termo *representação* é aqui aplicado segundo a noção definida por Chartier (2002), de que as representações culturais relacionam-se à forma como as sociedades constroem sua realidade por meio de classificações, divisões e delimitações, criando imagens que conferem a essa realidade um sentido historicamente construído pelas relações de poder e os conflitos de interesses dos grupos sociais. Tais interesses, por sua vez, são resultado de construções simbólicas, e condicionam práticas inseridas na ordem do discurso que expressa as representações culturais dessa sociedade (CHARTIER, 2006).

É possível traçar um paralelo entre o fenômeno de assimilação de objetos e aspectos da cultura francesa pela sociedade brasileira, a intensificação da industrialização na Europa e a constituição de um mercado de bens culturais que fornece à burguesia - neste caso a brasileira, com expectativas de enobrecimento - os elementos necessários para a ratificação de sua posição social.

Para Bourdieu (2007, p. 136), o campo da indústria cultural aparece em função de uma demanda externa, isto é, fora do controle dos produtores, e é marcada pelos imperativos da concorrência de mercado. Sua produção é destinada a atingir um público socialmente heterogêneo de maneira imediata ou mediante certa defasagem temporal - como exemplo, pode-se citar a

presença de mobiliário típico do *Ancien Régime* em composições de interiores residenciais recifenses no século XIX (CARVALHO, 2002, p. 78). Seus temas são adaptações dos aspectos mais consagrados e fáceis de serem reestruturados segundo os códigos de composição das artes populares. Assim, com disposição em relação à cultura, mas carentes de referências, a classe consumidora desse campo de produção é levada ao reconhecimento de sua ortodoxia cultural, engano encorajado pela difusão dessa *cultura símile*, substituta mais acessível que os bens culturais da cultura legítima (BOURDIEU, 2007, pp. 143-145).

### A Abertura Dos Portos E Os Estrangeirismos No Brasil Português

Em que pese a temeridade de apontar a existência de um panorama cultural brasileiro fora da contribuição portuguesa, afirma-se que, no decorrer dos primeiros trezentos anos que se sucederam ao Descobrimento, foi notória a presença massiva e abrangente da cultura lusitana no cotidiano brasileiro. Generalizador, o modo de fazer ibérico, fortalecido pelo pacto colonial e pelo rigoroso controle sobre a atividade estrangeira no Brasil, materializou-se nas mais variadas esferas, com destaque para os campos religioso, político, social e artístico, enquanto influências de outras sociedades, ainda que presentes, se pronunciaram em áreas limitadas (TELLES, 1975, p. 203). Mesmo em Pernambuco, mais especificamente em Recife, centro da dominação holandesa no século XVII, os anos de governo batavo não foram suficientes para sobrepujar a raiz lusa, ainda que tal experiência represente o primeiro contato efetivo estabelecido entre a colônia e a Europa burguesa e cidadina (FREYRE, 2013, p. 67).

Se inicialmente os traços europeus eram percebidos pelos usos e costumes da metrópole importados pela aristocracia rural, a historiografia mostra, entretanto, que a situação se desenvolveria a ponto de permitir, e até mesmo facilitar, a inserção direta de elementos de outras culturas europeias - notadamente a francesa - na sociedade brasileira, a partir do século XIX.

Em 1808, o traslado da família real portuguesa para o Rio de Janeiro e a consequente instalação de toda a estrutura social da corte em terras brasileiras, bem como a ascensão da colônia à categoria de Reino Unido, junto a Portugal e Algarves (1815), despertam na burguesia, além da valorização da vida urbana, o gosto pelo consumo de objetos de arte e luxo, em um esforço por não apenas adequar-se aos seus ditames, mas efetivamente participar da estrutura social da corte

joanina, esforço esse catalisado pela prática de venda de cargos e títulos de nobreza utilizada por Dom João VI para o levantamento de capital.

De acordo com Carvalho (2002, p. 53), a corte portuguesa atendia a um *projeto de modernidade ocidental*, instituído pelo Renascimento, e que se apoiava na noção de civilidade e sofisticação dos usos, prontamente assimilados pelos brasileiros a partir das representações desenvolvidas pela nobreza portuguesa dessa modernidade.

Ainda em 1808, por meio de Carta Régia datada de 28 de janeiro, o governo regencial de D. João VI autoriza a admissão de “*todos e quaesquer generos, fazendas e mercadorias transportados, ou em navios estrangeiros das Potencias, que se conservam em paz e harmonia com a minha Real coroa, ou em navios dos meus vassallos*” (BRASIL, 1891, p. 1). A abertura dos portos brasileiros às nações amigas garantiu o comércio direto com o estrangeiro em oposição à tradicional mediação da metrópole, possibilitando a disseminação de uma enorme variedade de produtos de uso doméstico, mobiliário, vestimentas, literatura e objetos de arte vindos da Europa entre as classes mais abastadas, prontas a assimilar e exibir traços daquilo que consideravam cultura de bom gosto.

O mesmo documento permite ainda que não só aos súditos da coroa portuguesa, mas também aos indivíduos estrangeiros exportar para os portos que lhes for mais conveniente, “*a beneficio do commercio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaesquer generos e produções coloniaes, á excepção do Páo Brazil*” (BRASIL, 1891, p. 1), donde se compreende que não só era permitido aos estrangeiros procedentes das nações amigas comercializar diretamente com o Brasil, mas estabelecer-se em suas terras e desempenhar atividades econômicas em meio ao intercâmbio cultural propiciado.

Germinam assim os ideais de modernização dos costumes a partir da apropriação de elementos da cultura europeia, da França revolucionária, cuja capital se estabelecera como núcleo cultural mundial, sendo impossível para o Brasil, que se estruturava como nação, não tomá-la como modelo para a composição de uma base cultural erudita (ROCHA DE CARVALHO, 1999, p. 96).

Para Carvalho (2002, p. 64), o Brasil na primeira metade do século XIX encontrava-se em uma mescla de modos de viver opostos, ou seja, o português colonial, atrelado a uma realidade que a burguesia urbana buscava superar, e o afrancesamento pós-1808, símbolo do progresso e

desenvolvimento almejados por essa classe social em ascensão. Foi, com efeito, esse último *modus vivendi* que terminou por propiciar a aparente unificação da população.

Enquanto cidade portuária, Recife foi diretamente atingida pelas reformas das leis comerciais, ainda mais quando, diante dos protestos de comerciantes privilegiados pelo monopólio português, ao contrário de outros portos brasileiros, a capital pernambucana manteve o livre acesso de mercadorias estrangeiras e o trânsito de pessoas e bens em um centro urbano que se fortalecia no início do século XIX:

[...] entravam com as modas, as costureiras, as francesias de Paris através de livros e jornais. Soubera-se direitinho de tudo que se espalhava pelo universo. Os países da América não queriam mais ser colônias. O Padre João Ribeiro, do Seminário de Olinda, formara uma biblioteca, e quem quisesse ir lá ver essas obras afoitas... (SETTE, 1948, p. 38)

Sette afirma ainda (pp. 39-40) que Recife entrara num “firme caminho de progresso”, percebido no relato dos viajantes que pisaram na cidade na primeira metade do século XIX. Na década de 1820, Maria Graham, esposa do comandante da fragata inglesa *Dóris*, aporta no Recife, onde afirma haver tido uma excelente impressão da recepção pela família do governador da província, com os quais conversou em francês.

Henry Koster, seu conterrâneo, aponta a rápida mudança verificada no aspecto das casas recifenses, cujos muxarabis coloniais<sup>1</sup> cederam lugar a janelas de vidro e balcões de ferro, sinalizando a interferência da industrialização na construção civil, esta também acometida de francesismos (como o estilo Neoclássico) após a chegada ao Brasil da Missão Artística Francesa, em 1816, a subsequente fundação da instituição que, anos mais tarde, se tornaria a Academia Imperial de Belas Artes e o trabalho do arquiteto Grandjean de Montigny, instalados no Rio de Janeiro, mas difundidos para outros centros urbanos.

---

<sup>1</sup> Estrutura herdada da cultura mourisca e trazida ao Brasil pelos portugueses. Compostos por tramas de madeira, os muxarabis eram instalados por sobre as janelas e os balcões das residências, permitindo ao ocupante observar o exterior sem ser completamente visto.

## O Governo “Civilizatório” Do Conde Da Boa Vista: Códigos e Posturas do Recife Imperial

Entre os anos 1837 e 1844, Pernambuco vê a aculturação nos moldes franceses passar de um esforço coletivo para um empreendimento político. O período assiste ao governo do Barão e futuro Conde da Boa Vista, Fernando do Rego Barros, cujo trabalho transparecia a intenção não apenas de integrar a economia regional à internacional, mas também de aproximar a sociedade pernambucana dos padrões de civilização ocidental, para os quais os costumes e a estética francesa serviam como cânone (ROCHA DE CARVALHO, 1999, p. 51). Dedicada à higienização e embelezamento da cidade, a atuação de Boa Vista é fortalecida pela criação de novas instituições e aparatos legislativos.

Em 1841, sediada no Liceu Pernambucano, surge a Sociedade de Medicina de Pernambuco, que tinha por finalidade, de acordo com o art. 2º de seus estatutos, a promoção dos avanços das ciências médicas em Pernambuco e a valorização do profissional da medicina, quiçá pela importância de sua atividade no âmbito do projeto de modernização em curso. No ano seguinte, o governo provincial fixa um auxílio anual à instituição que, em contrapartida, prestava consultoria em assuntos relacionados à higiene e saúde pública, nos moldes da Academia Imperial de Medicina que, por sua vez, foi inspirada pela Academia Francesa e desempenhava o papel de consultora do Governo Imperial sobre tais assuntos (FIOCRUZ, 2003).

Posteriormente, por meio da Lei Provincial nº143, de 15 de maio de 1845, o governo de Boa Vista cria o Conselho de Salubridade Pública, órgão consultivo que visava à proposição de alternativas, a fiscalização e extinção de hábitos destoantes das práticas requeridas para um meio urbano modernizado (COSTA, 1984, p. 181). É importante notar que também esse órgão toma como referência a experiência francesa que, no decorrer da primeira metade do século XIX, institui em suas principais cidades os chamados *Conseils de Salubrité*, órgãos que tinham por finalidade estudar as questões relacionadas à saúde pública e recomendar às autoridades a adoção de medidas contra a insalubridade urbana (MIRANDA, 1998).

Tem-se ainda a primeira reformulação do *Código de Posturas do Recife*, em 1849 (a próxima se dará em 1873). Tal código tratava-se de um conjunto de regras e normas de conduta elaboradas pela Câmara Municipal, em 1831, e publicadas pelo Diário de Pernambuco, jornal encarregado de noticiar os atos oficiais. De acordo com Souza (2002, p. 176), enquanto os temas das *Posturas* na segunda metade do século XIX tinham maior enfoque em questões de caráter

higienista, os anteriores relacionavam-se majoritariamente a questões estéticas e formais das edificações e do espaço urbano em geral, com instruções para a composição arquitetônica e abertura de vias, por exemplo. “Posturas severas”, salienta Sette (1948, p. 44), “os moradores eram obrigados a varrer as frentes dos prédios e limpar as fachadas dos mesmos em tardes de procissão (...)”.

Nesse período, a capital da província passa por intensas transformações e reformas urbanas, cujo intuito era substituir-lhe o aspecto de cidade colonial por “ares de cidade moderna, civilizada e francesa” (CARVALHO, p. 82). Ruas são calçadas, recebendo camadas de pedra sobre o solo sazonalmente alagável das margens do Rio Capibaribe. A iluminação era agora feita por lampiões. Passeios públicos foram também criados, como o Cais do Colégio, atual Praça Dezesete; além de novas ruas e travessas cujas larguras eram esteticamente definidas. Surgem também novas pontes - agora de ferro -, água encanada, e toda sorte de obras de melhoramento da infraestrutura urbana dirigidas pelo engenheiro Louis Léger Vauthier, francês, evidentemente, também responsável pela construção do Teatro de Santa Isabel, um dos mais expressivos exemplares da arquitetura neoclássica do Recife.

### **República e Positivismo: Os Ideais De Progresso De Um Recife Em Reforma**

A influência francesa se faz sentir durante todo o Império e mesmo após a Proclamação da República, que absorve o Positivismo como guia doutrinário. Essa mesma corrente filosófica já se disseminara entre a intelectualidade local, como mostra a publicação de 30 de maio de 1888, do periódico recifense *A Folha Moderna*. O artigo, intitulado *O homem futuro*, tece um elogio tipicamente comtiano aos avanços da humanidade e ao esplendor futuro:

A princípio completamente atrozado, vimol-o ir pouco a pouco libertando-se da natureza e rasgando o véo em que ella lhe occultava os segredos. E si elle, abandonado aos seus próprios recursos, conseguiu attingir o alto gráo de civilisação em que hoje se acha, o que não fará d’aqui á séculos? (...) quem ousaria, a menos que não quizesse expor-se ao ridículo, dizer-lhes que o homem do nosso seculo teria o poder de diminuir o espaço com o vapor, que na luiminosa phrase de Pelletan ‘faz de todas as nações a patria universal; reduz o planeta a dimensão de uma ilha?’ (A FOLHA MODERNA, 1888, p. 1)

Logo, a capital de Pernambuco, agora Estado Federado, enche-se de um sentimento cosmopolita e, mais uma vez, apoia-se nos padrões técnicos e estéticos europeus para empreender as transformações urbanas características da cidade durante a República Velha.

Consequência direta desse pensamento, na primeira década do século XX, quando governada por Eduardo Martins de Barros, Recife assiste mais uma vez a um processo de reforma da estrutura urbana, cujo projeto mais conhecido ficou sendo a reforma e ampliação da área portuária. É interessante notar que o rechaço do passado nacional e seus símbolos de prestígio social é empregado contra o próprio prefeito, um comendador do Império e não um bacharel - essa figura tão representativa do avanço ambicionado (SETTE, 1948, p. 48).

A despeito do desdém da população, Barros inicia as obras em 1909, tomando como referência os famosos bulevares parisienses projetados na década de 1850 pelo Barão Haussmann. Assim, a antiga malha viária do Bairro do Recife deu lugar a novas ruas (como a Avenida Rio Branco), cujo firme propósito era destituir os arredores de um dos portos mais movimentados do país de seu antigo aspecto colonial, substituindo-o pelo traçado urbano que se acreditava ser condizente com as cidades de uma república moderna.

Nesse ponto, vale salientar que, em comparação com a declaração de Independência, o advento da Proclamação da República teve maior impacto nas representações sociais de modernidade por haver efetivamente modificado as estruturas políticas do país; essa informação é corroborada quando se tem mente que o período imperial manteve as instituições “à portuguesa” da dinastia de Bragança. Com isto, pretende-se afirmar que o governo republicano não apenas reforçou a prática de assimilação de aspectos culturais estrangeiros, como também a empregou ideologicamente em seu projeto político.

Demolidas, as edificações do Bairro do Recife foram reerguidas com base na corrente estética difundida pela *École des Beaux-Arts* e que o governo republicano tornara oficial: o Ecletismo, cuja principal característica, a ornamentação ostensiva das fachadas com elementos decorativos do passado. A arquitetura eclética, característica mais marcante da reforma do Bairro do Recife, reflete a ideia oitocentista de que as edificações devem evidenciar, por meio da forma exterior, o status de seu ocupante, e associa a concepção do espaço a ideais de magnificência e monumentalidade com a intenção de glorificar uma ideologia ou uma classe (FABRIS, 1993). Certamente a classe média, que se afirmava em sua posição social na medida em que crescia o

perímetro urbano e a industrialização tomava dos senhores rurais seu poder econômico, fazendo da cidade o lugar *de facto* de tomada de decisões.

### O Francesismo Recifense Em Síntese

Verifica-se que o processo de assimilação de elementos da cultura francesa pela emergente classe burguesa do Recife foi intensificado em três momentos ao longo do século XIX, em situações políticas distintas. Deu-se tanto por imposição das instituições de governo na busca por adequar a cidade às representações ocidentais de civilização, quanto por iniciativas particulares da população inspirada pelas informações assimiladas no trânsito cultural e pela subsequente criação de um sistema de compra e venda de mercadorias de valor simbólico.

Tal processo de europeização - afrancesamento, ainda com o risco de redundância pelo uso excessivo do termo - do cotidiano brasileiro pode ser explicado pelas palavras de Chartier, para quem o fenômeno de apropriação cultural deve ser compreendido não como uma simples difusão, mas como a tensão provocada pela noção de distinção contida na diferença cultural e a apropriação pela imitação social ou pela imposição aculturante (CHARTIER, 2002, p. 223). Com base nisso, pode-se afirmar que a assimilação de aspectos franceses pela sociedade brasileira se insere no bojo da conjunção entre a percepção, por parte desse mesmo grupo, de certa superioridade cultural, intelectual e tecnológica das práticas europeias em relação àquelas já localmente difundidas, e a subsequente reprodução de tais práticas visando à criação de uma imagem da elite brasileira similar à presumida sofisticação da França.

Deu-se, primeiramente, a partir da chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro e a disseminação em solo brasileiro dos costumes da corte dos Bragança, além do contato direto com as nações estrangeiras proporcionado pela abertura dos portos. É lícito afirmar que, nesse primeiro momento, o afrancesamento dos costumes se deu por iniciativa da própria burguesia urbana, que, com a possibilidade de enobrecimento, trata de imitar as modas da aristocracia lusitana – esta já ciosa da cultura francesa como símbolo de sofisticação.

Posteriormente, durante o Império, mais precisamente durante o governo provincial do futuro Conde da Boa Vista, Recife assiste ao aprimoramento de sua infraestrutura e à transformação da paisagem urbana segundo padrões técnicos e estéticos que visavam à substituição do aspecto colonial, logo retrógrado, por uma fisionomia mais de acordo com o desejo

européizante da sociedade imperial. Percebe-se que, deixando de ser uma iniciativa unicamente particular, o governo provincial da época se utiliza de meios legais e institucionais para empreender a modernização da cidade, cujos parâmetros são então inscritos nos *Códigos de Posturas*, nas leis provinciais e nos estatutos de organizações.

Considera-se que o esforço pela europeização dos costumes se situa no âmbito das imagens da cultura europeia construídas pela sociedade brasileira ao longo do século XIX. Após assumir o posto de sede do império português com a chegada da família real, e ser alçado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves para, logo depois, tornar-se independente, o Brasil toma o francesismo como sinônimo de sofisticação em comparação aos hábitos cotidianos locais, mestiços por excelência, resultantes da fusão dos costumes lusitanos com povos que a elite branca evidenciava cada vez mais como primitivos.

Deve-se levar em conta que a França já se firmara, desde o século XVII, como expoente mundial em campos como a moda, a música e a gastronomia. Referência da qual os brasileiros estavam impossibilitados de servir-se diretamente durante o pacto colonial, a cultura francesa, conforme dito anteriormente, tornou-se indispensável - na mentalidade da época - para a formação de uma base cultural erudita em um Brasil que se estruturava como nação e queria superar os traços coloniais. Vale recordar que em Recife, cidade portuária, esse processo de assimilação foi catalisado pelo contato direto com os indivíduos e as mercadorias estrangeiros.

Com o advento da República, antes caracterizada por preocupações de ordem estética e salutar, a influência europeia assume um caráter doutrinal, utilizada pelo novo governo para a implementação das ideias tidas como progressistas na época. Como visto, o Positivismo de Auguste Comte teve papel fundamental na filosofia republicana, que considerava a cultura europeia não apenas um símbolo de modernização, mas a efetiva prova de um avançado estágio civilizatório. Com isto, além de fortificar os hábitos e o consumo de produtos estrangeiros, a máquina pública do Recife da Primeira República empenhou-se, não na renovação das feições urbanas - como o fez o Conde da Boa Vista -, mas na verdadeira substituição de partes significativas da cidade, na tentativa de aparentar determinado grau de civilização por meio da adequação aos moldes franceses de vida urbana, como bem o prova a completa reconstrução do Bairro do Recife.

## Referências

- BOURDIEU, P. *A economia de trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CARVALHO, G. M. de. *Interiores residenciais recifenses: A cultura francesa na casa burguesa do Recife no século XIX*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- BRASIL. Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. In: *Colecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p.1.
- CHARTIER, R. *História Cultural – Entre Práticas e Representações*. 2ªed. Lisboa: Difel, 2002.
- \_\_\_\_\_. A “Nova” História Cultural existe? In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 29-43.
- COSTA, F. A. P. da. *Anais pernambucanos*. Vol. 7. Recife: FUNDARPE, 1984.
- FABRIS, Annateresa. Arquitetura Eclética no Brasil: O cenário da modernização. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. 1, p.131-143, 1993.
- FIOCRUZ. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*, 2003. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmedpe.html>>. Acesso em: 13 de out. de 2016.
- FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos - Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 1 ed. digital. São Paulo: Global, 2013.
- LEITÃO, L. *Quando o ambiente é hostil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- MIRANDA, C. A.C. de. Da Polícia Médica à Cidade Higiênica. *Cadernos de Extensão da UFPE*. Recife, v.1, n.1, 1998. Disponível em: <[www.proext.ufpe.br/cadernos/saude/policia.htm](http://www.proext.ufpe.br/cadernos/saude/policia.htm)>. Acesso em: 13 out. de 2016.
- O homem futuro. *A Folha Moderna*, ano 1, n.4, p.1. Recife, 30 de maio de 1888.
- ROCHA DE CARVALHO, M. *Recife (1890-1930): La transposición de una estética moderna (Un estudio del proceso de asimilación brasileña de la arquitectura europea del siglo XIX)*. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 1999.
- SETTE, Mário. *Arruar: A história pitoresca do Recife Antigo*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1948.
- SOUZA, M. A. de A. *Posturas do Recife Imperial*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

TELLES, A. C. da Silva. Vassouras – Estudo da construção residencial urbana. In: *Arquitetura civil II – Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAU-USP/MEC-IPHAN, 1975.